

1. Cargos e Salários

• Reajuste Salarial

É imprescindível o pagamento do IPCA acumulado de janeiro/2025 a fevereiro/2026 na folha de março do corrente ano. Trata-se de medida mínima de recomposição parcial do poder de compra, duramente corroído pela inflação.

Entretanto, a reposição inflacionária não recompõe as perdas históricas acumuladas ao longo dos últimos anos. Por isso, reafirmamos a reivindicação da Campanha Salarial 2026: 3% de ganho real, além da inflação.

Os indicadores de comprometimento da receita com pessoal demonstram que há margem orçamentária para tal avanço. Além disso, exemplos recentes comprovam a viabilidade política e financeira de reajustes acima do IPCA, como ocorreu com os servidores municipais das Prefeituras da Serra e da CODECA, que garantiram aumentos reais acima da inflação.

Consideramos necessário envio de PL para definir como março a data da Campanha Salarial.

Reafirmamos: reajuste acima do IPCA é possível e necessário.

• Publicação 409

É urgente a publicação da reestruturação dos padrões, condição indispensável para que os cálculos e requerimentos sejam formalizados em tempo hábil para pagamento em agosto/2026.

• Descongelamento

Considerando que o descongelamento foi autorizado e entrou em vigor em 13/01/2026, o Executivo já dispõe — e continuará dispondo — de prazo suficiente para realizar cálculos, ajustes orçamentários e demais providências necessárias. Portanto, não há justificativa para postergar sua aplicação a partir de março de 2026. Propomos que a Administração apresente uma proposta de pagamento para o retroativo com brevidade.

• Licenças-prêmio

Reiteramos a necessidade de pagamento das licenças-prêmio compensadas. O represamento desses valores gera passivos administrativos, insegurança jurídica e prejuízos econômicos aos servidores. Postergar não resolve — apenas amplia o problema. Requer-se a manutenção das cotas de pagamento das licenças-prêmio, conforme a prática historicamente adotada pela Administração.

2. Assistência à Saúde

Reafirmamos a importância da busca ativa de profissionais para qualificar e ampliar o atendimento aos servidores. Esperamos que a janela de oportunidades do Ipam/Saúde seja aberta até agosto de 2026.

3. Condições de Trabalho

A valorização do servidor não se limita à remuneração. É indispensável assegurar condições adequadas de trabalho, dimensionamento correto das equipes e garantia de estrutura mínima para o exercício das funções com qualidade e segurança.

A administração precisa encaminhar a realização de Concurso Público e nomeação principalmente da Guarda Municipal.

4. Demandas Específicas

• Reforma Estatutária – Retira já!

Consideramos essencial e inegociável a retirada imediata do Projeto de Lei que altera o Estatuto dos Servidores, atualmente em tramitação na Câmara de Vereadores.

O Prefeito assumiu, durante a campanha eleitoral, o compromisso de não promover reformas que impliquem redução de direitos ou diferenciações injustificadas entre servidores que exercem as mesmas funções.

A tentativa de alteração rompe esse compromisso e fere o princípio do regime jurídico único, que deve assegurar igualdade de direitos, deveres e vantagens. O debate ocorrido durante a votação do reajuste do vale-alimentação dos servidores da Câmara de Vereadores demonstrou o quanto a categoria rejeita qualquer forma de segmentação ou tratamento desigual.

• Auxílio-Alimentação

Considerando o valor a ser pago em abril de 2026, equiparado ao já recebido pelos servidores da Câmara de Vereadores, reiteramos: vale-alimentação deve ser igual para todos os servidores municipais, reforçamos os argumentos de que o compromisso assumido é de vale-alimentação igual para todos os servidores municipais. Por isso não cabe a coparticipação dos servidores em 10%. Salientamos que o valor líquido deve ser igual, sob pena de sermos “quase iguais”.

• Educação e Segurança

Reiteramos que compromissos firmados com os Profissionais da Educação vêm sendo esvaziados por medidas de dimensionamento que resultaram na retirada de profissionais da Orientação Educacional em algumas escolas, contrariando o compromisso de presença em todas as unidades.

A segurança nas escolas permanece comprometida pela não nomeação de Guardas Municipais. Trata-se de medida urgente e inadiável.

Reconhecemos como avanço concreto o trabalho integrado realizado no NAPS (Sindiserv/SMATI), cuja atuação tem produzido resultados efetivamente percebidos pelos Profissionais da Educação.

Considerações Finais

Reafirmamos nossa disposição para o debate franco, democrático e transparente.

Entretanto, deixamos claro: valorização profissional, respeito aos compromissos assumidos e garantia de direitos não são concessões — são obrigações da gestão pública.

Seguiremos mobilizados para assegurar avanços reais à categoria.